

A última moda

LUIZ PAULO HORTA

Educação está na moda. É uma moda boa. Se pegar, vai ser ótimo. Aliás, precisamos muito que pegue. Mas, como sempre acontece com grandes causas humanitárias, vale a pena tomar algumas precauções.

A primeira delas é fugir de discussões estereis como se foge da peste. Debates sobre educação costumam levantar vôto tão agilmente quanto um bando de perizes apanhadas num tiroteio. Me lembro de uma época em que, sem mais nem menos, resolveu-se que a educação estadual do Rio de Janeiro ia ser regida pelo método Piaget. Pânico total em quem tinha um mínimo de noção das coisas. Num sistema já de si desorganizado, ia-se introduzir uma metodologia nova, de aplicação difícilíssima, usando o método do fato consumado. Felizmente, desistiram a tempo.

No fundo, essas revoadas acadêmicas são o que restou do grande sonho iluminista do século XVIII. Os homens que fizeram a Enciclopédia, na França — Diderot, D'Alembert e outros — estavam possuídos da idéia de que era simples acabar com o obscurantismo e instaurar a Filosofia das Luzes. Bastava educar as pessoas. Isto feito, elas se envergonhariam das trevas em que viviam, e a Humanidade marcharia em passo cadenciado para uma nova era.

Esse movimento ajudou a fazer a Revolução Francesa. Mas a iluminação não veio assim tão rápido, embora se mandassem padres, nobres e burgueses para a guilhotina — os supostos inimigos da luz.

A iluminação geral não vem porque as pessoas, para espanto dos teóricos e ideólogos, insistem em pensar com as suas próprias cabeças, enquanto as têm sobre o pescoço. Nem o Evangelho conseguiu o prodígio da conversão total.

A educação, afinal, melhorou, na França e em outros países. Mas não melhorou apenas (ou sobretudo) por razões humanitárias. As coisas, aí, se passam de outra maneira. Quem leu os romances de Dickens sabe o que era, para o comum dos mortais, uma escola inglesa já bem entrando o século XIX: um terror.

Na França republicana, há pouco mais de cem anos, o índice de mulheres iletradas era de 60%. Foi nessa época que se pôs em prática a reforma educacional de Jules Ferry, criando aquelas escolas padronizadas cujos edifícios ainda podem ser vistos em Paris e adjacências.

Por que começou, afinal, a reforma? Entre outras coisas, porque uma época anticlerical queria substituir de vez o ensino religioso pelo ensino laico. Mas começou, também, porque a França levava uma surra da Alemanha em 1870, e via, no centro da Europa, um país unificado e dirigido com mão de ferro pelo chanceler Bismarck, pronto a apoderar-se de novos mercados e fatias de poder. A educação

nacional era uma questão de sobrevivência.

Mais ou menos isso é o que se vê no Brasil de hoje. Estamos embarcando na campanha pedagógica não porque ficamos mais bonzinhos, mas porque as calças e brinquedos da China entram por todos os lados, com os produtos mais sofisticados do Japão e dos Estados Unidos. É estudar ou morrer.

Claro, a inflação também acabou, e o Governo que aí está, digam o que disserem, não se parece com os anteriores. Ele é o primeiro que dá a um ministro da Educação a chance de trabalhar. Antes do sr. Paulo Renato, os ministros dessa pasta duravam, em média, ano e meio, e,

nesse período, costumavam tratar mais de política do que de educação.

Também apareceram pessoas competentes na área, como os educadores Sérgio Costa Ribeiro e Claudio Moura Castro, que elucidaram o mistério da evasão escolar no Brasil, mostrando que ela era muito menos falta de escola do que falta de bons professores — o que levava o aluno a repetir ano após ano até desistir de tudo.

Medidas práticas foram tomadas, como fazer com que o dinheiro da educação seguisse um percurso mais rápido entre a fonte e a escola, eliminando (ou restringindo) a rendosa intermediação dos políticos. Isso já está produzindo al-

André Mello

gumas novidades interessantes; e há estados, como Minas Gerais, onde se desenvolvem novos métodos de administração escolar.

É por essas vias práticas que precisa continuar a guerra pedagógica. Por exemplo, professores do estado, no Rio de Janeiro, ganham 200 reais por mês. Quem, nesses termos, vai se dedicar à profissão? Como acreditar, vendo um tal quadro, que educação é assunto importante?

O caminho tradicional, ante esta e outras catástrofes, é berrar contra o Governo. E é verdade que há muita verba mal usada. Mas se não houver senso prático, podemos ficar na gritaria até o ano 2050.

Na citada França de Jules Ferry, enquanto se traçavam as grandes linhas da educação pública (pela primeira vez, gratuita), identificaram-se comunas pauperísimas onde não havia como bancar esse ensino público. Surgiu, então, a famosa idéia da caixa escolar, que era um modo de arranjar auxílio de todos para que as escolas funcionassem um pouco melhor.

Pode ter chegado a hora de tentar alguma coisa nessa direção. A necessidade, às vezes, antecipa a solução. O que se vê no Brasil de hoje é uma classe média empobrecida bater às portas da escola pública porque não pode pagar a particular. Essa classe sabe reivindicar; e também sabe se organizar. Seria conveniente torná-la parceira da educação pública, tanto em termos de organização como de financiamento.

Um pai pode não ter dinheiro para pagar todo mês uma boa escola particular; mas se ele souber que 60, 70, 80 reais dados a alguma forma de "caixa escolar" vão melhorar, e muito, o desempenho dessa escola, será que ele não fará essa aposta? (Claro que isso teria de ser pedido a quem tem os 60 reais.)

É só um exemplo. Mas se não houver criatividade, nessa área, ficaremos trocando idéias bonitas enquanto se formam novas gerações de "deficientes pedagógicos".

LUIZ PAULO HORTA é jornalista.

